

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 246 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e vinte três minutos, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na Casa dos Conselhos no auditório da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, sito Av. Ipiranga, 544 – Centro, com a seguinte pauta: 1) Aceito para Reordenamento para o Serviço de Acolhimento; 2) Fundo Municipal do Trabalho / Microcrédito; 3) Aprovação dos Equipamentos novos da Assistência Social; 4) Assuntos Gerais e Informes. Compareceram nove conselheiros: representantes da SETRAC, Secretaria de Habitação, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Educação pelo poder público; representantes da COMAC – Comissão Municipal de Atuação Comunitária de Petrópolis, Grupo Assistencial SOS Vida, SADIAS – Sociedade Ademir Damasceno para Infância e Adolescência, Associação Casa da Cidadania e CRP – Conselho Regional de Psicologia pela sociedade civil. Com a presença de dezessete pessoas. A presidente do CMAS, Érika Rangel, abre a reunião e a apresenta o primeiro ponto de pauta. Aceito para Reordenamento para o Serviço de Acolhimento: Érika Rangel fala sobre o Termo de Aceite, explicando que o prazo se encerra no dia de hoje, por isso a convocação para a realização desta reunião extraordinária. Rosane Cross, conselheira suplente representante da SETRAC e diretora da Proteção Social Especial apresenta a plenária o Termo de Aceite do Governo Federal acerca do reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e Jovens. Explica que será absorvido o número máximo do aceite que é de oitenta pessoas, sendo divididos em quatro casas de acolhimento com no máximo vinte indivíduos em cada unidade. Jorge Maia, Secretário da SETRAC, fala sobre o final do convênio com a instituição Associação Jean Yves Olichon (ASSOJYÔ), na qual passará ser de responsabilidade da Prefeitura. A casa onde funcionava a supracitada instituição foi comprada por um empreendedor do município que por sua vez a alugou para a Prefeitura. Jorge Maia diz ainda que esta sendo montada uma equipe técnica, embora não seja a ideal, para assumir neste primeiro momento, no dia trinta e um de março a direção do abrigo. Rosane Cross explica que o Termo de Aceite não depende da aprovação do CMAS, é necessário apenas que o Conselho esteja ciente deste termo. Segundo ponto de pauta. Fundo Municipal do Trabalho / Microcrédito: A presidente do CMAS expõe que o Fundo Municipal do Trabalho era ligado ao Fundo de Assistência, mas que são duas políticas diferenciadas, e que por isso houve a desvinculação. Agora o Fundo Municipal do Trabalho passa a ter sua autonomia através de um ato do Prefeito. Solicita que o Secretário, Jorge Maia, e a Diretora do Departamento Financeiro, Ronilda Pereira, para falarem sobre o fundo. Jorge Maia explica o que é o Microcrédito e sobre a criação do Fundo Municipal do Trabalho (FUMTRAB). Seguindo a pauta. Aprovação dos Equipamentos novos da Assistência Social: Jorge Maia explana sobre as ações que estão acontecendo dentro da área da assistência, na qual o trabalho da Secretaria esta avançando para uma política de descentralização. Sobre os equipamentos fala sobre o trabalho que esta sendo realizado para abertura do CRAS Independência e do CRAS Estrada da Saudade. O CREAS Distritos esta para ser inaugurado no Centro de

Cidadania em Itaipava, no local onde antes ficava o CRAS. Aborda também sobre a inauguração da Central de Vigilância e Monitoramento de Transferência de Renda. Adequação do espaço para o Restaurante Escola e sobre a estruturação do CRAS Retiro e do CRAS Posse. Assuntos Gerais e Informes. Secretário pede a palavra novamente e expõe sobre a situação que a Instituição Yolanda Duarte vem enfrentando, com problemas administrativos e financeiros, tendo até um inquérito policial em esferas do Governo Federal, essas e outras dificuldades ocasionou a perda de prazo para apresentação de documentos junto ao CMAS. Hoje a instituição sobrevive com recursos da Marinha, e que será cortado, caso o Instituto Yolanda Duarte não tenha seu número de registro. Souvenir Oliveira, representante da instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), unidade Petrópolis, aponta que os representantes da instituição Yolanda Duarte não participam das reuniões do CMAS. Adriano Pereira, conselheiro titular representante da COMAC, completa dizendo que em nenhum momento a presidente da supracitada instituição se reportou ao Conselho, utilizando apenas a imagem do gestor para tentar uma intervenção junto ao CMAS. Souvenir Oliveira aponta também que esta pessoa teria ligado para ela ameaçando a funcionária da instituição e atual Secretária Executiva deste Conselho, Cristiane Ferreira. Érika Rangel por questão de ordem fala que esse assunto deve ser resolvido nesta reunião, e que todos que tenham alguma coisa a falar sobre o assunto que se manifestem. Adriano Pereira esclarece que a Comissão de Direito e Fiscalização recebeu uma imposição para que fosse feita uma visita à instituição Yolanda Duarte, e que diante disso questionou qual o motivo para tal, visto que a Comissão tem seu calendário de visitas. O Coordenador da Comissão de Direito e Fiscalização faz a leitura do artigo quatorze da resolução vinte e três, relativo a entrega de documentação junto ao CMAS, bem como o prazo final para esta entrega. Observa ainda que baseado no que diz o artigo, a instituição não está apta a receber a visita da supracitada Comissão. Adriano Pereira ressalta que em suas ações não há nenhuma motivação pessoal contra a instituição Yolanda Duarte, que sua posição está pautada na lei, e que desde já se coloca contrário a qualquer parecer favorável a supracitada instituição visto o não cumprimento das normativas. Carlos Jorge, conselheiro titular representante da instituição Casa da Cidadania, explica sobre a perda de prazo da instituição Yolanda Duarte, e fala que na época quando a entidade percebeu que havia perdido o prazo, em agosto do ano de dois mil e treze, solicitou junto a gestão passada CMAS uma solução, mas que nada foi feito. E que ele, Carlos Jorge, procurou a presidente do Conselho e o coordenador da Comissão de Direito e Fiscalização para realizar a visita à instituição para manter o número de registro junto ao CMAS. Eduardo Brito, conselheiro titular representante da Secretaria de Fazenda, faz um apelo para que o Conselho pense a favor dos assistidos pela instituição, e não na situação que foi gerada pela presidente da mesma. Ismael Damas, conselheiro titular representante do CRP, aponta que o Conselho novamente está passando por uma situação semelhante ao que ocorreu com a instituição Grupo Amigos dos Autistas de Petrópolis (GAAPE), relativo a pressão e ameaças por terceiros, ou seja uma postura que não é ética. Ressalta que o papel do CMAS é se pautar nas leis e resoluções, e não aceitar tudo que é imposto. Cristiane Ferreira relata a situação na qual recebeu uma ligação da presidente da instituição Yolanda Duarte em

seu outro local de trabalho, e todo desconforto gerado. Diz ainda, que como sendo uma assistente social ficou instigada a conhecer melhor o trabalho desenvolvido por esta instituição, devido ao público que é atendido, e que gostaria que a Comissão de Direito e Fiscalização fizesse uma visita para conhecer o espaço e observar se a instituição se adéqua ao que preconiza as resoluções. Érika Rangel fala que assinou o parecer da Comissão de Direito e Fiscalização, e que concorda que deve ser seguido o que preconiza as resoluções, mas também observa que é necessário analisar os pontos com cuidado, devido a gravidade da situação, sobretudo em relação aos assistidos pela instituição, na qual o município não teria como dar conta caso seja fechada. A presidente do CMAS solicita que seja registrado repúdio em favor aos assistidos pela instituição Yolanda Duarte. Souvenir Oliveira diz concordar com as falas do Ismael Damas e da Érika Rangel, porém não vê responsabilidade por parte da instituição em resolver este problema, e não se fazendo presente nas reuniões do CMAS, e observa que se abrir um precedente para esta instituição deverá ser aberto para todas as outras. Carlos Jorge faz um apelo a plenária questionando quem nunca perdeu um prazo, e diz que na época que a supracitada instituição, em agosto de dois mil e treze, pediu uma solução a gestão do CMAS, até então a gestão anterior, mas que não obteve resposta. Adriano Pereira diz que Carlos Jorge o procurou informalmente para tratar deste assunto, mas sublinha que se fosse de interesse da dirigente da Yolanda Duarte, ela teria que ter se reportado oficialmente ao CMAS. Aborda também sobre a incompetência, relativo a perda de prazo, por parte da dirigente da instituição, e questiona se não seria o momento do Poder Público assumir a responsabilidade por estes usuários, assim como foi feito com o abrigo de meninas, antiga ASSOJYÔ. Ana Maria Imbelloni, conselheira titular representante da SADIAS, questiona se a instituição oficializou o pedido ao Conselho, pois até agora não viu nenhum documento relativo a essa questão, e ressalta que esse problema se deu em agosto de dois mil e treze, ainda na competência da gestão passado do CMAS, na qual não tomaram nenhuma providência. Cristiane Ferreira informa que o Instituto Yolanda Duarte entregou seu Plano de Ação e Relatório de Atividades no dia vinte de agosto de dois mil e treze. Érika Rangel faz o encaminhamento para que seja realizada a votação relativa ao parecer elaborado pela Comissão de Direito e Fiscalização sobre a situação da instituição Yolanda Duarte. Antes Adriano Pereira, coordenador da supracitada Comissão, faz a leitura do parecer na qual é favorável ao cancelado do registro da Associação de Assistência Social do Instituto Yolanda Duarte junto ao CMAS devido ao descumprimento dos prazos para entrega da documentação solicitada. Passada a votação, por cinco votos a quatro, aprovado o parecer da Comissão de Direito e Fiscalização relativo ao cancelamento do registro da Associação de Assistência Social do Instituto Yolanda Duarte junto ao CMAS. A presidente do CMAS pede a Secretária Executiva para que solicite do Gabinete do Prefeito uma posição a cerca da sua representação dentro do Conselho, visto que as pessoas que foram nomeadas: Luana Soliane Castro como conselheira titular e como conselheira suplente Alessandra Rodrigues Miranda, não tem comparecido as reuniões do Conselho. Como ponto final da reunião é decidido que na próxima quinta-feira, dia vinte e sete de março, às quatorze horas será realizada reunião extraordinária para discutir sobre o Edital de Convênios. Nada mais havendo em pauta,

a reunião foi encerrada, às onze horas e trinta e quatro minutos, e eu, Ismael Eduardo Machado Damas, primeiro secretário do CMAS, lavrei e assino a presente ata juntamente com a presidente do CMAS, Érika Rangel de Souza dos Santos.